Índice

Dados da Empresa	
Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2
DFs Individuais	
Balanço Patrimonial Ativo	
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	
DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	9
Demonstração do Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	
Notas Explicativas	13
Pareceres e Declarações	
Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	41
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	42
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	43

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2018	
Do Capital Integralizado		
Ordinárias	58.736.269	
Preferenciais	44.206.287	
Total	102.942.556	
Em Tesouraria		
Ordinárias	2.500	
Preferenciais	0	
Total	2.500	

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	22/01/2018	Juros sobre Capital Próprio	19/03/2018	Ordinária		0,03373
Reunião do Conselho de Administração	22/01/2018	Juros sobre Capital Próprio	19/03/2018	Preferencial		0,18293

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	5.432.538	5.374.288
1.01	Ativo Circulante	3.258.642	3.380.092
1.01.01	Disponibilidades	11.919	1.642
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	492.027	720.075
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	492.027	720.075
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	488.498	482.263
1.01.03.01	Carteira Própria	79.297	128.146
1.01.03.04	Vinculados a Prestação de Garantias	402.632	346.825
1.01.03.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	6.569	7.292
1.01.06	Operações de Crédito	1.992.439	1.840.951
1.01.06.01	Setor Privado	2.012.941	1.865.037
1.01.06.02	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	4.019	4.576
1.01.06.03	(Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa)	-24.521	-28.662
1.01.08	Outros Créditos	258.091	319.964
1.01.08.02	Diversos	254.890	317.159
1.01.08.03	Rendas a Receber	3.374	3.069
1.01.08.04	(Provisão p/ Outros Créditos Liquid. Duvidosa)	-173	-264
1.01.09	Outros Valores e Bens	15.668	15.197
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	9.709	9.455
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorização)	-2.676	-2.537
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	8.635	8.279
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.165.874	1.986.253
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	10.603	10.527
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	10.603	10.527
1.02.05	Operações de Crédito	1.833.211	1.712.644
1.02.05.01	Setor Privado	1.879.815	1.759.109
1.02.05.02	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	3.114	4.056
1.02.05.03	(Provisão p/ Créditos de Liquid. Duvidosa)	-49.718	-50.521
1.02.07	Outros Créditos	321.263	262.273
1.02.07.01	Diversos	321.263	262.273
1.02.08	Outros Valores e Bens	797	809
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	797	809
1.03	Ativo Permanente	8.022	7.943
1.03.01	Investimentos	751	751
1.03.01.04	Outros Investimentos	1.308	1.308
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-557	-557
1.03.02	Imobilizado de Uso	6.108	5.957
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	13.503	12.986
1.03.02.03	(Depreciação Acumulada)	-7.395	-7.029
1.03.04	Intangível	1.163	1.235
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	2.993	2.993
1.03.04.02	(Amortização Acumulada)	-1.830	-1.758

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	5.432.538	5.374.288
2.01	Passivo Circulante	886.368	532.104
2.01.01	Depósitos	750.814	395.071
2.01.01.01	Depósitos Interfinanceiros	750.814	395.071
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	25.637	27.541
2.01.07.01	BNDES	710	831
2.01.07.02	FINAME	24.927	26.710
2.01.09	Outras Obrigações	109.917	109.492
2.01.09.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos	1.717	853
2.01.09.02	Sociais e Estatutárias	4.363	14.998
2.01.09.03	Fiscais e Previdenciárias	11.965	10.086
2.01.09.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	42.985	30.751
2.01.09.06	Diversos	48.887	52.804
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	3.659.953	3.972.917
2.02.01	Depósitos	3.345.143	3.701.114
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	3.345.143	3.701.114
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	21.759	27.485
2.02.07.01	BNDES	2.310	2.285
2.02.07.02	FINAME	19.449	25.200
2.02.09	Outras Obrigações	293.051	244.318
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	68.540	59.917
2.02.09.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	177.686	136.266
2.02.09.03	Diversos	46.825	48.135
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	20.221	18.263
2.05	Patrimônio Líquido	865.996	851.004
2.05.01	Capital Social Realizado	400.030	400.030
2.05.01.01	De Domiciliados no País	377.437	377.404
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	22.593	22.626
2.05.02	Reservas de Capital	4.089	4.169
2.05.02.01	Reservas de Capital	4.099	4.251
2.05.02.02	Outras Reservas de Capital - Ações em Tesouraria	-10	-82
2.05.04	Reservas de Lucro	446.804	446.805
2.05.04.01	Legal	31.125	31.126
2.05.04.02	Estatutária	415.679	415.679
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	15.073	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	154.277	198.372
3.01.01	Operações de Crédito	182.675	204.380
3.01.02	Resultado de Operações com T.V.M.	18.183	25.908
3.01.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	-55.846	-53.171
3.01.04	Oper. Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	9.265	21.255
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-76.104	-111.948
3.02.01	Operações de Captações no Mercado	-70.192	-103.184
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-609	-960
3.02.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-4.961	-7.149
3.02.05	Oper. Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	-342	-655
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	78.173	86.424
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-53.904	-66.939
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	11.420	7.860
3.04.02	Despesas de Pessoal	-28.123	-23.902
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-15.858	-14.157
3.04.04	Despesas Tributárias	-5.490	-5.649
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	1.673	1.414
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-17.526	-32.505
3.05	Resultado Operacional	24.269	19.485
3.06	Resultado Não Operacional	-148	254
3.06.01	Receitas	83	638
3.06.02	Despesas	-231	-384
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	24.121	19.739
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-7.962	-8.171
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-5.681	-6.741
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-4.790	-5.686
3.08.03	Ativo Fiscal Diferido	2.509	4.256
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-1.086	-1.071
3.10.01	Participações	-1.086	-1.071
3.10.01.01	Empregados	-1.086	-1.071
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	15.073	10.497
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,14619	0,10181

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	15.073	10.497
4.03	Resultado Abrangente do Período	15.073	10.497

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-207.670	-441.281
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	20.811	23.713
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	15.073	10.497
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	450	456
6.01.01.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.961	7.149
6.01.01.04	Ajustes de Provisão para Passivos Contingentes	393	5.843
6.01.01.05	Ajustes de Atualização de Depósito Judicial	-66	-232
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-228.481	-464.994
6.01.02.01	(Aum.) Red. em Títulos e Valores Mobiliários	-6.311	7.225
6.01.02.02	(Aum.) Red. Operações de Crédito	-277.016	-117.661
6.01.02.03	(Aum.) Red. Outros Créditos	2.378	24.988
6.01.02.04	(Aum.) Red. Outros Valores e Bens	-344	330
6.01.02.05	Aum. (Red.) Depósitos	-228	-424.622
6.01.02.07	Aum. (Red.) Obrig. Empréstimos e Repasses	-7.630	-12.924
6.01.02.08	Aum. (Red.) Instrum. Financeiros Derivativos	53.654	43.547
6.01.02.09	Aum. (Red.) Outras Obrigações	12.271	40.470
6.01.02.10	Aum. (Red.) Resultado de Exercícios Futuros	1.960	-1.496
6.01.02.11	Pagamento de Imp. de Renda e Contrib. Social	-7.215	-24.851
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-73	54
6.02.01	Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	-1.224	-3.521
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de Uso	-543	-216
6.02.03	Aplicações no Intangível	0	-666
6.02.04	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	1.109	4.184
6.02.05	Alienação de Imobilizado de Uso	13	1
6.02.06	Dividendos Recebidos	572	266
6.02.07	Alienação no Intangível	0	6
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-10.027	-8.003
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-9.946	-7.804
6.03.03	Aquisição de ações de emissão próprio	-81	-199
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-217.770	-449.230
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	721.717	790.290
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	503.947	341.060

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	400.030	4.169	0	446.805	0	0	851.004
5.03	Saldo Ajustado	400.030	4.169	0	446.805	0	0	851.004
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	15.073	0	15.073
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	153	0	0	0	0	153
5.10	Ações em Tesouraria	0	-81	0	0	0	0	-81
5.12	Outros	0	-153	0	0	0	0	-153
5.13	Saldo Final	400.030	4.088	0	446.805	15.073	0	865.996

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	387.830	4.738	0	412.191	0	0	804.759
5.03	Saldo Ajustado	387.830	4.738	0	412.191	0	0	804.759
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	10.497	0	10.497
5.10	Ações em Tesouraria	0	-199	0	0	0	0	-199
5.13	Saldo Final	387.830	4.539	0	412.191	10.497	0	815.057

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	162.261	200.751
7.01.01	Intermediação Financeira	154.277	198.372
7.01.02	Prestação de Serviços	11.420	7.860
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-4.961	-7.149
7.01.04	Outras	1.525	1.668
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-71.143	-104.799
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-31.196	-44.478
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-947	-805
7.03.02	Serviços de Terceiros	-30.249	-43.673
7.04	Valor Adicionado Bruto	59.922	51.474
7.05	Retenções	-450	-456
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-450	-456
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	59.472	51.018
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	59.472	51.018
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	59.472	51.018
7.09.01	Pessoal	25.053	21.562
7.09.01.01	Remuneração Direta	19.144	16.104
7.09.01.02	Benefícios	4.510	4.179
7.09.01.03	F.G.T.S.	1.399	1.279
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	17.608	17.232
7.09.02.01	Federais	16.718	16.577
7.09.02.02	Estaduais	4	0
7.09.02.03	Municipais	886	655
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.738	1.727
7.09.03.01	Aluguéis	1.738	1.712
7.09.03.02	Outras	0	15
7.09.03.02.01	Doações Filantrópicas	0	15
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	15.073	10.497
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	15.073	10.497

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as informações trimestrais da **FINANCEIRA ALFA S.A.** - **Crédito, Financiamento e Investimentos** ("Companhia") correspondentes as atividades desenvolvidas no 1° trimestre de 2018, acrescidas das Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal.

2. DESEMPENHO DAS ATIVIDADES

Resultado do Trimestre

O lucro líquido da Companhia no trimestre atingiu R\$ 15.073 mil (1º trimestre/2017 R\$ 10.497 mil), correspondendo à rentabilidade anualizada de 7,28% (1º trimestre/2017 – 5,32%) sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 851.004 mil (31/12/2016 R\$ 804.759 mil). A cada lote de mil ações do capital social da Companhia correspondeu o lucro líquido no trimestre de R\$ 146,63 (1º trimestre/2017 R\$ 101,81).

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido atingiu R\$ 865.996 mil ao final do trimestre (1º trimestre/2017 R\$ 815.057 mil). O valor patrimonial para cada lote de mil ações alcançou R\$ 8.412,42 (1º trimestre/2017 R\$ 7.905,29) com crescimento de 1,68% (1º trimestre/2016 - 1,09%) no trimestre.

O índice de capital instituído pelo Comitê da Basiléia e normatizado pelo Banco Central do Brasil atingiu 19,64% ao final do trimestre (31/12/2017 – 20,35%), demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Prudencial Alfa, quando comparado tanto com o mínimo de 10,5% exigido pelo Banco Central do Brasil quanto com o de 8% recomendado pelo Comitê da Basiléia.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19/04/2018, a ser homologada pelo Banco Central do Brasil, aprovou o aumento do capital social para R\$ 423.400, mediante incorporação de reservas de lucros.

Recursos Captados

O volume de recursos captados pela Companhia atingiu R\$ 4.154.826 mil na data do balanço (31/12/2017 R\$ 4.165.227 mil). Esses recursos estavam representados por R\$ 4.095.957 mil (31/12/2017 R\$ 4.096.185 mil) em depósitos interfinanceiros, R\$ 47.396 mil (31/12/2017 R\$ 55.026 mil) em repasses do BNDES e FINAME e R\$ 11.473 mil (31/12/2017 R\$ 14.016 mil) em obrigações por venda de ativos financeiros.

Ativos e Empréstimos

O ativo total alcançou R\$ 5.432.538 mil ao final do trimestre (31/12/2017 R\$ 5.374.288 mil). A carteira de títulos e valores mobiliários e derivativos atingiu R\$ 492.027 mil na data do balanço (31/12/2017 R\$ 720.075 mil). A Companhia classificou 100% dos títulos e valores mobiliários na categoria "títulos para negociação".

A carteira de crédito, incluindo o ajuste positivo a valor de mercado da carteira de crédito objeto de "hedge" no montante de R\$ 181.329 mil (31/12/2017 R\$ 158.749 mil, também positivo), conforme Carta Circular BACEN nº 3.624 de 26/12/2013, atingiu R\$ 4.289.194 mil ao final do trimestre (31/12/2017 R\$ 4.040.920 mil). O volume de créditos vencidos acima de 14 dias totalizou R\$ 43.368 mil (31/12/2017 R\$ 49.181 mil), correspondente a 1,06% (31/12/2017 R\$ 1,27%) da carteira total.

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu R\$ 76.840 mil (31/12/2017 R\$ 79.447 mil), representando 1,87% (31/12/2017 – 2,05%) do total da carteira de crédito, 52,94% (31/12/2017 – 61,05%) acima do mínimo exigido pela Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999.

PÁGINA: 11 de 43

Comentário do Desempenho

3. OUVIDORIA

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN nº 4.433, de 27/07/2015.

4. DIVULGAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das informações trimestrais da **Financeira Alfa S.A.** – **Crédito, Financiamento e Investimentos,** ou pessoas a ela ligadas, não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

5. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Conforme Instrução CVM nº 552, de 09/10/2014, Diretoria declara que em reunião realizada em 10 de maio de 2018, revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as informações trimestrais relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2018.

AGRADECIMENTOS

É indispensável traduzir o reconhecimento da **Financeira Alfa S.A.** – **Crédito, Financiamento e Investimentos** ao trabalho de seus funcionários e ao apoio de seus acionistas e, finalmente, a confiança de seus clientes e das instituições financeiras do mercado que continuaram a prestigiar a organização como sempre fizeram.

São Paulo, 10 de maio de 2018.

PÁGINA: 12 de 43

NOTAS EXPLICATIVAS EM MILHARES DE REAIS

01. ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Atividade e estrutura do Grupo

A Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos ("Companhia") é instituição integrante do Conglomerado Financeiro Alfa, o qual é liderado pelo Banco Alfa de Investimento S.A. que tem suas origens no exercício de 1925, com a fundação do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Em 1972, o Banco da Lavoura alterou sua denominação para Banco Real S.A. e, posteriormente, criou as outras empresas financeiras que constituíam o Conglomerado Financeiro Real. Em 1998, o Banco Real S.A. teve seu controle acionário vendido ao ABN Amro Bank. As empresas financeiras não vendidas (então, Banco Real de Investimento, Companhia Real de Investimento – C.F.I., Companhia Real de Arrendamento Mercantil e Companhia Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários) formaram o Conglomerado Financeiro Alfa, que foi completado logo depois com a criação do Banco Alfa S.A. (Banco Comercial).

O Conglomerado é composto de 6 entidades legais que atuam através de controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum e pela atuação sob a mesma marca ou nome comercial.

As seguintes instituições financeiras compõem o Conglomerado:

- Banco Alfa de Investimento S.A. (instituição líder do Conglomerado) e suas controladas: Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (BRI Participações Ltda., também controlada pelo Banco Alfa de Investimento mas não se trata de empresa financeira);
- Financeira Alfa S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos;
- Banco Alfa S.A.

O Banco Alfa de Investimento S.A. e a Financeira Alfa S.A.- Crédito, Financiamento e Investimentos são companhias abertas com ações negociadas na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão ("B3").

Com esta sólida história de mais de 90 anos, o Conglomerado Financeiro Alfa vem desenvolvendo sua atuação principalmente nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, tesouraria e administração de recursos de terceiros.

O Conglomerado está sediado em São Paulo, na Alameda Santos nº 466, e mantém filiais em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Porto Alegre, Salvador, Brasília, Recife, Vitória, Goiânia, Florianópolis, Piracicaba, Ribeirão Preto, Sorocaba e Campo Grande. Todas contando com modernas plataformas tecnológicas, o que permite maior agilidade nas decisões e no desenvolvimento de produtos.

O controlador do Conglomerado Financeiro Alfa possui ainda relevantes investimentos em áreas não financeiras: Seguros e Previdência (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.); Hotelaria (Rede Transamérica de Hotéis); Materiais de Construção (C&C Casa e Construção); Agropecuária e Agroindústria (Agropalma); Águas Minerais (Águas Prata); Alimentos (Sorvetes La Basque); Cultural (Teatro Alfa), Comunicações (Rádio Transamérica e TV Transamérica) e Indústria de Couro (Soubach).

PÁGINA: 13 de 43

b) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), onde essas normas e instruções não forem conflitantes. Essas demonstrações financeiras foram concluídas em 09/05/2018 e aprovadas pelo Conselho Fiscal em 10/05/2018.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam de forma integrada no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro, cujas atividades incluem as carteiras de arrendamento mercantil, administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários.

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, visando permitir a convergência às normas internacionais de contabilidade. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas das alterações por ela introduzidas, que incluem a adoção de pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), dependem de normatização por parte do CMN (Conselho Monetário Nacional). Até o momento, as alterações em normas de contabilidade aprovadas pelo CMN foram: i) o tratamento contábil dos ativos intangíveis; ii) os procedimentos de mensuração do valor recuperável dos ativos; iii) a elaboração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos; iv) a divulgação em notas explicativas às demonstrações financeiras de informações sobre partes relacionadas; v) os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes; vi) pagamento baseado em ações; vii) eventos subsequentes; viii) políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro; ix) o Pronunciamento Estrutural Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovados pelo CPC; e x) benefícios a empregados.

02. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado.

- a) Apuração do Resultado: As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. As rendas das operações de crédito vencidas são reconhecidas até o 59° dia como receita e, a partir do 60° dia deixam de ser apropriadas e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o artigo 9° da Resolução CMN n° 2.682, de 21/12/1999.
- b) Ativos Circulante e Realizável a Longo Prazo: Demonstrados pelos valores de realização e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para perdas e ajustados pelos seus valores de mercado, especificamente em relação ao registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estabelecidos pelas Circulares Bacen nº 3.068, de 08/11/2001, e nº 3.082, de 30/01/2002, (vide notas explicativas nº 4b e 15). A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure montante suficiente e adequado para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão

PÁGINA: 14 de 43

calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999 (vide nota explicativa nº 5 letras "c" e "d").

- c) **Títulos e Valores Mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada conforme as categorias estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068, de 08/11/2001:
 - I Títulos para negociação;
 - II Títulos disponíveis para venda;
 - III Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria "títulos para negociação" são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados.

Na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais existe intenção e capacidade financeira da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento.

Na categoria "títulos disponíveis para venda" estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias, I e II são reconhecidos pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, e ajustados ao valor de mercado, computando-se o ajuste positivo ou negativo a valor de mercado em contrapartida:

- i) Da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação"; e
- ii) Da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos disponíveis para venda". Estes valores registrados em patrimônio líquido são baixados contra resultado na medida em que são realizados.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento" estão apresentados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente apuradas para títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento" são reconhecidos no resultado do período.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtido, na data de balanço, através de coleta de preços divulgada por entidades independentes no mercado, especializadas na divulgação deste tipo de informação e, quando indisponíveis, este valor é obtido através de modelos internos de avaliação que consideram as curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas que sejam avaliadas como representativas das condições de mercado para o ativo sob avaliação por ocasião do encerramento do balanço.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias da Companhia. As valorizações ou desvalorizações são registradas em "Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos".

PÁGINA: 15 de 43

Os instrumentos financeiros derivativos realizados com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam os critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082, de 31/01/2002, são classificados de acordo com sua natureza em:

- Hedge de Risco de Mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos
 e passivos financeiros relacionados, objeto de hedge, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de
 resultado;
- Hedge de Fluxo de Caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada do patrimônio líquido.

A Companhia não realizou até o momento, operação com instrumento financeiro derivativo com o objetivo de proteção ("hedge") com natureza de "hedge de fluxo de caixa".

A Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 15, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, faz uso de instrumentos financeiros derivativos, principalmente contratos de SWAP registrados na B3, classificados como "Hedge de Risco de Mercado", tendo como objeto operações de crédito.

Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço divulgadas pela B3.

As operações de crédito designadas para hedge risco de mercado, como previsto na Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são mensuradas a valor de mercado apenas para o componente de risco protegido, ou seja, as oscilações de taxa de mercado. Desta forma, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 (DI X PRE) para cada respectivo vencimento. Na mensuração inicial, nenhum valor é reconhecido em resultado, entretanto, nas mensurações subsequentes reconhece-se em resultado as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras.

A efetividade da proteção ("hedge"), conforme requer a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota explicativa nº 15.

e) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros:

A partir de janeiro de 2012, as cessões de crédito estão regidas pelas disposições da Resolução CMN 3.533/2008, conforme requerido pela Resolução CMN no. 4.367, de 11/09/2014. As cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus ativos financeiros objetos da cessão registrados no ativo, na rubrica de "Operações de Crédito – Vinculadas à Cessão". Os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida, rubrica "Outras Obrigações – Diversas – Obrigações por Operações Vinculadas à Cessão", e as receitas e despesas apropriadas de forma segregada ao resultado pelos prazos remanescentes das operações.

As cessões de crédito com transferência dos riscos, os ativos financeiros adquiridos são registrados no Ativo pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original, na rubrica "Operações de Crédito", mantidos controles analíticos sobre os valores originalmente contratados.

PÁGINA: 16 de 43

- f) Ativo Permanente: Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos: (f.1) Depreciação do Imobilizado de Uso, calculada pelo método linear às seguintes taxas anuais: Veículos e Processamento de Dados 20%, Móveis e Utensílios e Instalações 10% e (f.2) Amortização, basicamente, de despesas com benfeitorias em imóveis de terceiros e com programas de processamento de dados, calculada pelo método linear, pelo prazo máximo de 05 anos.
- g) Passivos Circulante e Exigível a Longo Prazo: São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.
- h) Impostos e Contribuições: As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15% até agosto de 2015 e 20%, para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, conforme Lei n° 13.169, de 06/10/2015, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observada pela Companhia a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração (vide nota nº 8b).
- i) Estimativas contábeis: No processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem com:
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa (vide nota nº 5d);
- Instrumentos financeiros derivativos (vide nota nº 15);
- Ativos tributários diferidos (vide nota nº 8b); e
- Passivos contingentes (vide nota nº 11).

A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras e os valores efetivamente realizados podem diferir dos saldos estimados.

- **j**) **Ativos e Passivos Contingentes**: Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos, avaliados e divulgados em conformidade com as determinações da Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009, e Carta-Circular BACEN nº 3.429 de 11/02/2010. Os ativos e passivos contingentes dizem respeito a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja realização depende de eventos futuros.
 - i) Ativos Contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.
 - ii) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Cíveis e Trabalhistas (nota nº 11) decorrem substancialmente de demandas judiciais e administrativas inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

PÁGINA: 17 de 43

Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança.

k) **Moeda funcional e de apresentação**: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

03. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/03/2018	31/12/2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	492.027	720.075
- de Ligadas	492.027	720.075
Total - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	492.027	720.075

A Companhia possui Certificados de Depósitos Interfinanceiros com empresa do Conglomerado Financeiro com taxas indexadas a 100,0% do CDI (pós-fixada) e prazos de vencimento até 02.04.2018.

04. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos:

	31/03/2018	31/12/2017
Carteira Própria - Livres:		
Letras Financeiras do Tesouro	79.297	128.146
Vinculados a Prestação de Garantias:		
Letras Financeiras do Tesouro	402.632	346.825
TOTAL - Títulos e Valores Mobiliários	481.929	474.971
Swaps – Diferencial a Receber (nota 15d)	17.172	17.819
TOTAL – Instrumentos Financeiros Derivativos	17.172	17.819
TOTAL GERAL	499.101	492.790

b) Classificação de Títulos e Valores Mobiliários por Categoria e Vencimento:

	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Saldo em 31/03/2018	Saldo em 31/12/2017
Títulos para Negociação					
Letras Financeiras do Tesouro (i)	190.277	116.005	175.647	481.929	474.971
Títulos e Valores Mobiliários	190.277	116.005	175.647	481.929	474.971
% Concentração por Prazo	39,5%	24,1%	36,4%	100,0%	

- "Títulos para Negociação": O valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço, obtido através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).
- (i) O ajuste positivo dos Títulos para Negociação no montante de R\$ 210 (31/12/2017 R\$ 246 positivo), obtido entre os valores de custo R\$ 481.719 (31/12/2017 R\$ 474.725) e de mercado R\$ 481.930 (31/12/2017 R\$ 474.971), foi registrado sob o título "Resultado com Títulos e Valores Mobiliários".

PÁGINA: 18 de 43

Os títulos privados são custodiados na B3 e os títulos públicos no SELIC.

c) Composição dos Títulos vinculados a prestação de garantias:

	31/03/2018	31/12/2017
Títulos dados em garantia de operações em bolsa	394.134	338.265
Títulos dados em garantia em ações judiciais	8.498	8.561
Total	402.632	346.825

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por setor de atividade:

	31/03/201	8	31/12/2017		
Setores de Atividade:	Valor	%	Valor	%	
Setor Privado					
Rural	6.672	0,2	6.588	0,2	
Indústria	42.350	1,0	39.250	1,0	
Comércio	760.613	18,5	677.206	17,4	
Instituições Financeiras	179.603	4,4	221.324	5,7	
Outros Serviços	243.775	5,9	239.779	6,2	
Pessoas Físicas	2.874.852	70,0	2.698.024	69,5	
Total da Carteira	4.107.865	100,0	3.882.171	100,0	
Empréstimos	2.005.665	48,9	1.828.428	47,1	
Financiamentos	1.705.762	41,5	1.636.968	42,2	
Operações de crédito vinculados à cessão	7.133	0,2	8.632	0,2	
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão (nota 6)	178.480	4,3	219.951	5,7	
Outros Créditos (nota 6)	210.825	5,1	188.192	4,8	
Total da Carteira	4.107.865	100,0	3.882.171	100,0	
Ajuste ao valor mercado - Item Objeto Hedge	181.329	(*)	158.749		
Total Global	4.289.194	-	4.040.920		

^(*) A oscilação deve substancialmente pelo fechamento da taxa de juros prefixadas, ou seja, atenuou-se a piora das expectativas aumentando assim o valor marcado a mercado do objeto de hedge.

b) Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento:

	31/03/2018				31/12/2017			
Parcelas por Faixas de Vencimento:	A Vencer	Vencidos	Total	%	A Vencer	Vencidos	Total	%
A vencer								
- até 180 dias	1.538.062	10.934	1.548.996	37,7	1.438.874	12.299	1.451.173	37,4
- de 181 a 360 dias	688.201	7.731	695.932	16,9	669.740	7.999	677.739	17,5
- acima de 360 dias	1.838.234	16.349	1.854.583	45,1	1.724.376	16.644	1.741.020	44,8
Total Vincendas	4.064.497	35.014	4.099.511	99,7	3.832.990	36.942	3.869.932	99,7
Vencidas								
- até 60 dias	-	3.129	3.129	0,1	-	4.011	4.011	0,1
- de 61 a 180 dias	-	3.333	3.333	0,1	-	5.663	5.663	0,1
- acima de 180 dias		1.892	1.892	0,1		2.565	2.565	0,1
Total Vencidas		8.354	8.354	0,3		12.239	12.239	0,3
Total da Carteira	4.064.497	43.368	4.107.865	100,0	3.832.990	49.181	3.882.171	100,0

PÁGINA: 19 de 43

c) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco

A Resolução CMN nº. 2.682, de 21/12/1999, estabelece os critérios para a classificação das operações de crédito e para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais são baseados em sistemas de avaliação de risco de clientes/operações. A composição da carteira de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na referida Resolução, estão demonstrados a seguir:

			31/03/2018					31/12/2017		
Níveis	Saldo d	Saldo da Carteira de Crédito		Pro	Provisão		Saldo da Carteira de Crédito			Provisão
de Risco:	(*) A Vencer	Vencidos	Total	Mínima Exigida	Contábil	(*) A Vencer	Vencidos	Total	Mínima Exigida	Contábil
AA	1.518.229	-	1.518.229			559.129	-	559.129	-	-
A	554.035	-	554.035	2.770	2.770	3.060.339	-	3.060.339	15.302	28.900
В	1.931.204	8.130	1.939.334	19.393	34.101	155.481	7.136	162.617	1.626	4.862
C	24.558	8.553	33.111	993	3.076	19.577	7.103	26.680	800	2.665
D	21.709	5.545	27.254	2.725	8.174	25.436	6.191	31.627	3.163	9.485
E	5.837	3.342	9.179	2.753	4.588	6.439	4.905	11.344	3.403	5.671
F	5.143	3.491	8.634	4.317	6.042	2.585	5.982	8.567	4.284	5.996
G	357	2.301	2.658	1.861	2.658	532	3.182	3.714	2.600	3.714
H	3.425	12.006	15.431	15.431	15.431	3.472	14.682	18.154	18.154	18.154
Total	4.064.497	43.368	4.107.865	50.243	76.840	3.832.990	49.181	3.882.171	49.332	79.447

^(*) Inclui os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

	1º trimestre		
	2018 201		
Saldo inicial no período	(79.447)	(97.552)	
Constituição/(Reversão)	(4.961)	(7.149)	
Baixas	7.568	9.403	
Saldo final no período	(76.840)	(95.298)	

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu o montante de R\$ 76.840 (31/12/2017 - R\$ 79.447), correspondente a 1,87% (31/12/2017 - 2,05%) do total da carteira, desconsiderando o montante do ajuste a valor de mercado da carteira de crédito objeto de "hedge". A provisão constituída acima do mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682, decorre das análises internas e individuais dos clientes e é considerada adequada para suportar eventuais perdas.

No trimestre foram amortizados créditos para prejuízo no montante de R\$ 8.615 (1º trimestre/2017 - R\$ 10.452), e ocorreram recuperações no montante de R\$ 2.699 (1º trimestre/2017 - 2017 - R\$ 2.333). O saldo das operações renegociadas era de R\$ 51.081 (31/12/2017 R\$ 57.281) na data do balanço. O saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco.

e) Cessão de Crédito

As operações de cessão de crédito são contabilizadas conforme descrito na nota explicativa nº 2 "e" destas demonstrações financeiras.

O saldo das operações de crédito cedidas com retenção de riscos contabilizadas segundo as regras da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, atualizado pelas taxas originais das operações de crédito e considerando as amortizações no período, perfaz o montante de R\$ 10.769 (31/12/2017 R\$ 13.092), tendo sido reconhecida no exercício receita de juros para estas operações o montante de R\$ 512 (2017 R\$ 3.305), e estão registradas na Demonstração de Resultado sob a rubrica "Receitas da Intermediação Financeira - Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros".

O saldo correspondente destas operações, relativo ao valor recebido pela Companhia nestas transações, atualizado pela taxa do contrato de cessão, e considerando as amortizações realizadas, está refletido no passivo no montante de R\$ 11.473 (31/12/2017 - R\$ 14.016), tendo sido apropriadas no exercício despesas de juros no montante de R\$ 342 (2017 - R\$ 2.153) registrado na rubrica "Despesas da Intermediação Financeira - Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros".

A provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações cedidas com retenção de riscos segundo as regras da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, é efetuada conforme estabelecido na Resolução CMN nº. 2.682, de 21/12/1999, e está registrado no montante de R\$ 108 (31/12/2017 - R\$ 77).

A partir de Novembro/2016 a Companhia vem realizando cessão de operações de crédito com transferência dos riscos com instituição financeira ligada (aquisição). O saldo correspondente destas transações corresponde a R\$ 746.101 (31/12/2017 R\$ 550.735), registrado em conta adequada do Ativo, na rubrica "Operações de Crédito", tendo sido reconhecidas no exercício receitas no montante de R\$ 18.117 (2017 – R\$ 38.289) registradas na rubrica "Rendas de Operações de Crédito – Rendas de Empréstimos".

06. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS:

	31/03/2018		31/12/2017
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	178.480	(*)	219.951
Depósitos judiciais	39.011		41.845
Créditos tributários (nota 8b)	116.973	(**)	103.375
Títulos e créditos a receber	208.398	(***)	188.192
Carteira de crédito - recursos em trânsito	16.224		10.905
Prêmio na venda de operações de crédito - Ligadas	14.505		12.511
Tributos antecipados	2.257		2.040
Outros créditos	305		613
Total	576.153		579.432

- (*) Refere-se a operações de crédito pessoal consignado adquiridas com cláusula de coobrigação junto a instituições ligadas. Para registro das operações de crédito adquiridas foi observado o critério contábil estabelecido pela Resolução CMN nº 3.533/08.
- (**) Vide nota explicativa nº 8b;
- (***) Refere-se a títulos e créditos a receber sem coobrigação do cedente ou retenção de risco e benefícios, com vencimento até 25/07/2019 à taxa de 8,59% a.a. até 35,91% a.a..

07. DESPESAS ANTECIPADAS:

Refere-se substancialmente a valores pagos a título de intermediação de negócios às revendas de veículos e às lojas de departamento. Essas despesas, quando não são pagas ou financiadas pelos clientes, são apropriadas ao resultado com base no prazo contratual da operação de crédito.

08. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social:

	1º Trimestre		
	2018	2017	
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidas as participações no resultado	23.035	18.668	
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente (*)	(10.366)	(8.401)	
Efeito no cálculo dos tributos:	2.404	230	
Ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	(2.430)	(2.816)	
Créditos Amortizados para Prejuizo	(470)	(291)	
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	1.173	1.014	
Contingências Fiscais e Trabalhistas	1.810	(1.573)	
Obrigações Ficais Diferidas	(27)	(93)	
Ativo Fiscal Diferido	2.509	4.349	
Outros valores	(161)	(360)	
Imposto de renda e contribuição social	(7.962)	(8.171)	
Sendo			
Impostos correntes	(10.444)	(12.427)	
Impostos diferidos	2.482	4.256	
Despesa Contabilizada	(7.962)	(8.171)	

^(*) Vide nota explicativa n° 2h.

b) Créditos Tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	31/12/2017	Constituição	Realização	31/03/2018
Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	13.281	2.523	(2.301)	13.503
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	31.778	5.183	(6.226)	30.735
Créditos Amortizados para Prejuízo	7.548	1.679	(1.261)	7.966
Outros Créditos Tributários	4.634	1.735	(1.133)	5.236
Derivativos	46.134	13.401 ((*)	59.535
Total - Crédito Triburário Ativo	103.375	24.521	(10.921)	116.975
Total - Obrigaçoes Fiscais Diferidas	(58.635)	11.343	(11.138) (*)	(58.430)
Créditos Tributários Líquidos das Obrigações Fiscais Diferidas	44.740		_	58.545
% sobre Patrimônio Líquido	5,3%		_	6,8%

^(*) Refere-se substancialmente aos créditos tributários e obrigações fiscais diferidas sobre o ajuste a valor de mercado de instrumentos derivativos.

A Administração da Companhia, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 31/12/2017, estimou que a realização do Crédito Tributário Ativo ocorrerá na seguinte proporção:

Realização							
1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5° ano	6º ano		
24%	31%	16%	13%	12%	4%		

Na data base 31/12/2017 o valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas calculados com base na taxa Selic é de R\$ 36.821. Os créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas não ativados em 31/12/2017, que inclui a majoração da alíquota da CSLL, totalizavam R\$ 10.868.

09. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES

a) Composição dos Recursos Captados:

	31/03/2018	31/12/2017
Depósitos interfinanceiros	4.095.957	4.096.185
Obrigações por repasses – País	47.396	55.026
Obrigações por venda de ativos financeiros (nota 5e)	11.473	14.016
Total – Recursos Captados	4.154.826	4.165.227

b) Composição de Recursos Captados por prazos de vencimento:

	Até 3	3 meses a	1 ano a 3	Acima	Total
	meses	1 ano	anos	de 3 anos	31/03/2018
Depósitos Interfinanceiros	227.210	523.605	3.320.092	25.050	4.095.957
Obrigações por Repasses (i)	7.070	18.567	20.193	1.566	47.396
Obrigações por Operações de Venda de Ativos Financeiros	1.651	4.358	5.464	-	11.473
Total de Captações	235.931	546.530	3.345.749	26.616	4.154.826
% Concentração por Prazo	5,7%	13,2%	80,5%	0,6%	100,0%

	Total
anos	31/12/2017
26.632	4.096.186
1.948	55.026
-	14.015
28.580	4.165.227
0,7%	100,0%
	26.632 1.948 - 28.580

- i) Depósitos Interfinanceiros com vencimentos até 08/06/2022 indexados à taxa pré que variam de 8.07% a.a. a 17,91% a.a. e pós-fixada indexado em 100,00% a 109,00% do CDI;
- ii) Representado por Operações BNDES , com vencimentos até 17/10/2022 à taxa pós-fixada 2,10% a.a. mais TJLP e à taxa pós-fixada de 1,70% a 1,96 a.a. mais SELIC, Operações de FINAME com vencimentos até 17/07/2023 à taxa pós-fixada de 0,90% até 2,10% a.a. mais TJLP, à taxa pós-fixada de 1,40% até 2,34% mais SELIC e pré-fixada até 19,79% a.a., garantidas por contratos.

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES:

a) Fiscais e Previdenciárias:

	31/03/2018	31/12/2017
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	6.428	3.356
Impostos e contribuições a recolher	4.327	8.014
Provisões para impostos e contribuições diferidos	69.750 (*)	58.634
Total	80.505	70.003

(*) Refere-se, basicamente, a IR Diferido - TVM e Derivativos (vide nota explicativa nº 8b). Conforme Carta Circular BACEN nº 3.782, de 19/09/2016, ocorreu alteração de rubrica contábil relativa ao registro das referidas provisões. Valores anteriormente registrados encontram-se agora no grupo "Diversas" (vide nota explicativa nº 10b).

b) Diversas:

	31/03/2018		31/12/2017
Provisões de pessoal e administrativa	27.310	-	31.139
Contingência trabalhista (nota 11)	27.720		31.678
Contingência cível (nota 11)	1.292		1.290
Contingências Fiscais (nota 11)	4.743	(*)	4.672
Obrigações por venda de ativos financeiros (nota 5e)	11.473		14.016
Carteira de crédito - valores a processar / liberar	19.894		14.869
Credores diversos	3.279		3.275
Total	95.711	-	100.939

^(*) Vide nota explicativa nº 10a.

11. PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia, no curso normal de suas atividades, é parte em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. A Administração considera que as provisões existentes na data destas demonstrações financeiras são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos.

As provisões constituídas e respectivas variações no período estão demonstradas a seguir:

	Fiscais e		
	Previdenciárias (a)	Trabalhistas (b)	Cíveis (c)
Saldo inicial em 01/01/2018	4.672	31.678	1.289
(+) Complemento de provisão	17	1.505	278
(+) Atualização de provisão	67		
(-) Baixa por pagamento		(3.639)	(262)
(-) Baixa por reversão	(13)	(1.824)	(13)
Saldo final em 31/03/2018	4.743	27.720	1.292

a) As contingências fiscais e previdenciárias referem-se principalmente a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial.

As provisões existentes amparam o risco decorrente das obrigações legais e das contingências fiscais e previdenciárias consideradas como de perda provável e encontram-se no exigível a longo prazo na rubrica "Provisão para Contingências" do grupo "Outras Obrigações - Diversas".

A Companhia possui outras contingências fiscais e previdenciárias avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de risco de perda possível, conforme Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do Conselho Monetário Nacional, no montante de R\$ 4.644 (31/12/2017 R\$ 4.613).

b) As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por terceiros que buscam obter indenizações referentes a pretensos direitos trabalhistas. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica "Provisão para Passivos Contingentes" do grupo "Outras Obrigações – Diversas", no exigível a longo prazo (vide nota nº 10b).

As ações de natureza trabalhista para as quais foi constituída provisão são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário, estas ações são avaliadas em seu conjunto, considerando histórico de pagamentos feitos pela Companhia a esse título.

As contingências trabalhistas classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 21.676 (31/12/2017 - R\$ 23.193) na data destas demonstrações financeiras.

c) As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados e/ou indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte julgadas pelos Juizados Especiais Cíveis. A provisão constituída encontra-se registrada no passivo circulante e exigível a longo prazo, na rubrica "Outras Obrigações Diversas" (vide nota nº 10b). Para determinar o montante adequado de provisão a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações de mesma natureza consideradas significativas e histórico de perdas, constituindo provisão para aquelas consideradas como de perda provável.

As contingências cíveis classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 6.060 (31/12/2017 - R\$ 6.215) na data destas demonstrações financeiras, representado principalmente por ações indenizatórias ou de cobrança, cujos valores individuais não são relevantes.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: Está dividido em 58.736.269 de ações ordinárias e 44.206.287 de ações preferenciais sem valor nominal. Do total das ações componentes do capital social, estão em tesouraria 2.500 ações ordinárias (vide item d.2). É assegurado às ações preferenciais, que não possuem direito de voto, um dividendo mínimo de 8% a.a. sobre a parte e respectivo valor do capital que essas ações representam.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19/04/2018, a ser homologada pelo Banco Central do Brasil, foi aprovado o aumento do capital social de R\$ 23.400, atingindo um montante de R\$ 423.400, mediante incorporação de reservas de lucros.

b) Dividendos: O Estatuto Social prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser pago sob a forma de juros sobre capital próprio, conforme previsto no artigo 31 do Estatuto Social e artigo 9° da Lei n° 9.249 de 26/12/1995.

A seguir demonstramos os valores aprovados:

Valores por Lote de 1.000 Ações				
Tipo de Ação	Quantidade de Ações			
ON	58.736.269			
ON	(2.500)	(*)		
PN	44.206.287			

(*) Ações em Tesouraria.

c) Reservas de Lucros:

	31/03/2018	31/12/2016
Reserva legal	61.450	61.450
Reservas estatutárias - aumento de capital	314.734	314.734
Reservas estatutárias - dividendos	70.621	70.621
Total	446.805	446.805

d) Ações em Tesouraria - Programa de Recompra de Ações:

d.1) Cancelamento de ações em tesouraria:

O Programa de Recompra de Ações da Companhia, iniciado em 15.06.2016, foi finalizado conforme deliberado na ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 13.11.2017, com o cancelamento, sem redução do capital social, de 300.000 (trezentas mil) ações ordinárias e 237.600 (duzentas e trinta e sete mil e seiscentas) ações preferenciais recompradas no âmbito do referido Programa, dentro as quais 259.400 (duzentas e cinquenta e nove mil e quatrocentas) ações ordinárias e 152.400 (cento e cinquenta e duas mil e quatrocentas) ações preferenciais já haviam sido canceladas em 08/03/2018, perfazendo um total de R\$ 34.400 (2017 – R\$ 1.841). Em função do cancelamento de ações ora deliberado, o capital social da Sociedade, de R\$400.030 (quatrocentos milhões e trinta mil reais), passa a ser dividido em 102.942.556 (cento e dois milhões, novecentas e quarenta e dois mil e quinhentos e cinquenta e seis) ações escriturais, sem valor nominal, das quais 58.736.269 (cinquenta e oito milhões, setecentas e trinta e seis mil e novecentas e sessenta e nove) ordinárias e 44.206.287 (quarenta e quatro milhões, duzentas e seis mil e duzentos e oitenta e sete) ações preferenciais, inconversíveis em ordinárias.

O prazo para execução do Programa era de até 18 (dezoito) meses contados da data da deliberação, podendo ser cancelado a qualquer instante pelo referido conselho.

d.2) Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17/12/2015, e do art. 18, alínea "h" do Estatuto Social da Companhia, em 13 de novembro de 2017 o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de ações de sua própria emissão, para cancelamento, no valor total de até R\$ 3.430, sem redução de capital social, onde poderão ser adquiridas até (a) 300.000 ações ordinárias e (b) 500.000 ações preferenciais.

O prazo para execução do Programa era de até 18 (dezoito) meses contados da data da deliberação, podendo ser cancelado a qualquer instante pelo referido conselho.

No período de janeiro a março/2018 foram adquiridas e permanecem em tesouraria 2.500 ações ordinárias, no montante de R\$ 10.

O custo mínimo, médio e máximo por ação ON é de R\$ 4,1300, R\$ 4,1300 e R\$ 4,5000, e por ação PN é de R\$ 5,0000, R\$ 5,0000 e R\$ 5,000, respectivamente. O valor de mercado dessas ações, em 31 de março de 2018, era de R\$ 4,13 por ação ON e R\$ 5,03 por ação PN.

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, são efetuadas operações com partes relacionadas, conforme demonstramos a seguir:

			Exercício			
	31/03/2018	31/12/2017	2018	2017		
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)		
Disponibilidades	10.360	1.323	-	-		
- Outras partes relacionadas (1)	10.360	1.323	-	-		
Banco Alfa S.A.	10.360	1.323	-	-		
Aplicações (Captações) em depósitos interfinanceiros						
(1)	(3.603.930)	(3.376.109)	(43.957)	(84.692)		
- Outras partes relacionadas (1)	(3.603.930)	(3.376.109)	(59.548)	(84.692)		
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	(836.493)	(825.824)	(13.508)	(24.118)		
Banco Alfa de Investimento S.A.	(2.767.437)	(2.550.285)	(46.040)	(60.574)		
Aquisição de ativos financeiros	1.073	221.324	9.317	21.407		
- Outras partes relacionadas (2)	1.073	221.324	9.317	21.407		
Banco Alfa S.A.	1.073	221.324	9.317	21.407		
- Outras partes relacionadas (3)	476.498	393.582	15.591	-		
Banco Alfa S.A.	476.498	393.582	15.591	-		
Juros sobre o capital próprio e dividendos		(3.963)	(9.329)	_		
- Controladora	-	(1.433)	(3.370)	-		
Alfa Holdings S.A.	-	(2)	(4)	-		
Consorcio Alfa de Administração S.A.	-	(2)	(4)	-		
Corumbal Participações e Administração	-	(1.429)	(3.362)	-		
- Outras partes relacionadas.	-	(3)	(6)	-		
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora	-	(2.527)	(5.953)	-		
Captações em depósitos interfinanceiros	(488)	(355)	(227)	(2.053)		
- Controlada	-	-	(5)	-		
'Banco Alfa de Investimentos S/A	-	-	(5)	-		
- Outras partes relacionadas (1)	(488)	(355)	(222)	(2.053)		
Alfa Corretora de Valores Mobiliários S.A.	-	-	-	(2)		
Banco Alfa S.A.	(168)	(86)	-	-		
Banco Alfa de Investimento S.A	(320)	(269)	-	-		
Hotel Transamérica Ltda.	-	-	-	-		
Metro Dados Ltda.	-	-	-	(240)		
Metro Sistemas e Informática Ltda.	-	-	(52)	(676)		
Metro Táxi Aéreo Ltda.	-	-	(2)	(54)		
Metro Tecnologia e Informática Ltda.	-	-	(168)	(1.081)		

- (1) As transações referem-se às operações envolvendo a Companhia e partes relacionadas, efetuadas a taxas compatíveis com as taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações.
- (2) Refere-se a aquisição de operações de crédito consignado junto à empresa ligada (com coobrigação), realizadas na vigência da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, no montante de R\$ 178.480 (31/12/2017 R\$ 219.951) e

realizadas na vigência da Circular BACEN nº 2.568, de 04/05/1995, no montante de R\$ 1.073 (31/12/2017 - R\$ 1.373).

- (3) Refere-se a aquisição de operações de crédito consignado junto à empresa ligada (sem coobrigação), realizadas na vigência da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008.
- (4) Os ressarcimentos de custos referem-se basicamente, à agenciamento de operações e sublocação de imóvel com empresas ligadas de acordo com contrato mantido entre as partes.
- **b)** Remuneração dos Administradores:

Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, é estabelecida a remuneração para os membros do Conselho da Administração e Diretoria.

No exercício, o montante registrado foi de R\$ 2.806 (2017 - R\$ 9.880) para os membros do Conselho de Administração e Diretoria.

A Companhia não possui para o pessoal-chave da Administração, benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho.

- b.1) Conforme legislação em vigor, a Companhia não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:
- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10%, da própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;

Dessa forma, não são efetuados pela Companhia empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares.

c) Participação acionária:

Os membros do Conselho de Administração possuem em conjunto a seguinte participação acionária em 31 de março de 2018: Ordinárias 1,877%, Preferenciais 36,581% e do total de ações 16,786%.

14. GERENCIAMENTO DE RISCO

O gerenciamento de riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para o Conglomerado Financeiro Alfa. O gerenciamento e monitoramento dos riscos envolvidos nas diversas atividades do Conglomerado Financeiro Alfa são realizados por área independente através de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e do acompanhamento constante das posições assumidas através de técnicas específicas, consoantes às diretrizes estabelecidas pela Administração.

A estrutura de gerenciamento de riscos contempla os seguintes riscos segregados por natureza:

Risco de mercado - O risco de mercado está relacionado à probabilidade de perda decorrente dos impactos de flutuações dos preços e taxas de mercado sobre as posições ativas e passivas da carteira própria do Conglomerado

Financeiro Alfa. A política global em termos de exposição a riscos de mercado é conservadora, sendo a estratégia e os limites de VaR (Value at Risk) definidos pelo comitê de gestão de risco de mercado e seu cumprimento acompanhado diariamente por área independente à gestão das carteiras, através de métodos e modelos estatísticos e financeiros desenvolvidos de forma consistente com a realidade de mercado. A metodologia para apuração do VaR é baseada no modelo paramétrico. Além do VaR, são adotados os parâmetros de risco acumulado mensal e cenários de stress em que são elaborados cenários históricos e hipotéticos para as taxas de mercado e verificados os possíveis impactos nas posições. Complementando a estrutura de acompanhamento, controle e gestão de riscos de mercado, são calculados diariamente os valores exigidos de capital para cobertura das exposições ao risco de mercado, em conformidade com as regulamentações vigentes do Banco Central do Brasil. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

Risco de liquidez - O controle e estratégia de liquidez são decididos pelo comitê de caixa que se reúne diariamente antes do início das operações, com o objetivo de avaliar o comportamento dos diversos mercados de juros, dólar e bolsas, domésticos e internacionais, bem como, definir as estratégias do dia e avaliar o fluxo de caixa das empresas financeiras. O comitê de caixa gerencia o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade e de grande liquidez, cujas posições são monitoradas on-line e casadas cuidadosamente quanto a moedas e prazos. Adicionalmente, a gestão do risco de liquidez utiliza-se de fluxo de caixa projetado para atendimento das regulamentações vigentes do Banco Central do Brasil, adotando-se as premissas de fluxo de vencimento das operações financeiras, fluxo de caixa de despesas, o nível de atraso nas carteiras e antecipação de passivos. O Conglomerado Financeiro Alfa possui um plano de contingência para riscos de liquidez, pautado pela prudência, estruturado para cenários de adversidade e em constante evolução. Este plano considera um caixa mínimo necessário, a liquidez dos ativos e linhas de crédito disponíveis em cenário de adversidade.

Risco de crédito - é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes, dentre outras, mas principalmente, das seguintes situações:

- (a) Da inadimplência dos tomadores de crédito (pessoas físicas, empresas, instituições financeiras) na liquidação dos compromissos assumidos sobre posições de empréstimos, ativos financeiros e/ou seus respectivos instrumentos derivativos.
- (b) Da possibilidade de desembolsos financeiros para honrar avais, fianças, compromissos de crédito, coobrigações ou operações de natureza semelhante.
- (c) De possíveis renegociações, em termos mais desfavoráveis, das condições pactuadas na operação original.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito do Conglomerado Financeiro Alfa deve permitir a identificação, mensuração e controle dos riscos associados às operações de crédito, bem como a aplicação de mitigadores a estes riscos, em conformidade com as regulamentações vigentes do Banco Central do Brasil. Ressalta-se que este objetivo estende-se a todas as empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de crédito encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

O Conglomerado Financeiro Alfa visando maior celeridade no processo de concessão de crédito utiliza-se, no segmento de varejo, na empresa Financeira Alfa S.A-CFI, de modelos estatísticos para avaliação do risco de crédito, o qual, aprovado pelo comitê de crédito e primando pela prudência que caracteriza a forma de atuar do Conglomerado Financeiro Alfa, busca coletar informações que permitam avaliar caráter, idoneidade e histórico

positivo de crédito, geração de renda, estabilidade profissional e outras informações externas disponíveis. Este modelo está em constante evolução com vistas a capturar o maior número de informações relevantes para permitir segurança na concessão de crédito. No segmento de atacado, as operações de crédito são analisadas individualmente no comitê de crédito do Conglomerado Financeiro Alfa e se baseiam em um profundo conhecimento das atividades, situação patrimonial e financeira dos clientes e seu histórico de crédito.

Risco operacional - A gestão de risco operacional tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos operacionais aos quais o Conglomerado Financeiro Alfa está sujeito e a consequente adoção de medidas preventivas, em conformidade com as regulamentações vigentes do Banco Central do Brasil. Tais ações visam resguardar nossa imagem de integridade e correção perante a comunidade, acionistas, colaboradores e autoridades reguladoras, gerando benefícios resultantes da boa gestão destes riscos. Em conformidade com a política institucional, o gerenciamento do risco operacional é de responsabilidade do departamento de gestão de riscos. Este departamento reporta-se diretamente à controladoria, que além de coordenar diretamente as atividades inerentes ao processo, desempenha também o papel de disseminador da cultura de prevenção ao risco operacional pelo Conglomerado Financeiro Alfa. É sua responsabilidade reportar ao comitê de controles de risco operacional a identificação e ações para correção de eventuais deficiências de controle e gerenciamento de riscos operacionais. Cabe ressaltar que as medidas tomadas e registradas em atas neste comitê são acompanhadas diretamente pela Presidência e Conselho de Administração do Conglomerado Financeiro Alfa. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

Conforme regulamentações vigentes do Banco Central do Brasil, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR), estão disponíveis no site www.alfanet.com.br.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para atender sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos resultantes das variações em taxas de juros, em operações comerciais e financeiras, podendo se valer, excepcionalmente, destas operações para a geração de lucro, desde que dentro dos limites de exposição aprovados para a Companhia e com a autorização do Diretor de Tesouraria.

Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de swap, registrados na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão envolvendo taxas pré-fixadas e mercado interfinanceiro (DI) e correspondem somente a operações para proteção patrimonial.

Esses instrumentos financeiros derivativos tem seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas específicas, de acordo com o respectivo recebimento (ativo) ou pagamento (passivo).

Abaixo, composição dessa carteira por tipo de instrumento indexador, demonstrada pelo seu valor base, de custo amortizado e de valor justo.

a) Instrumentos financeiros derivativos:

	31/03/2018	31/12/2017
Instrumentos Financeiros Derivativos para negociação	8.265	9.171
Instrumentos Financeiros Derivativos para Hedge de valor justo	(211.765) (*)	(158.369)
TOTAL	(203.500)	(149.198)

(*) A oscilação deve substancialmente pelo fechamento da taxa de juros prefixadas, ou seja, atenuou-se a piora das expectativas aumentando assim o valor marcado a mercado do objeto de hedge.

	31/03/2018	31/12/2017
Ativo Instrumento Financeiro de Curto Prazo	6.569	7.292
Ativo Instrumento Financeiro de Longo Prazo	10.603	10.527
Passivo Instrumento Financeiro de Curto Prazo	(42.985)	(30.751)
Passivo Instrumento Financeiro de Longo Prazo	(177.687)	(136.266)
TOTAL	(203.500)	(149.198)

b) Instrumentos financeiros derivativos para negociação:

	31/03/2018			31/12/2017		
	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo
Pré	148.335	226.041	237.565	177.744	263.481	275.396
Mercado Interfinanceiro	134.044	234.750	234.692	159.844	276.143	276.143
Posição Ativa	282.379	460.791	472.257	337.588	539.624	551.539
Pré	134.044	230.971	239.630	159.844	269.195	277.562
Mercado Interfinanceiro	148.335	224.417	224.362	177.744	264.806	264.806
Posição Passiva	282.379	455.388	463.992	337.588	534.001	542.368
Contratos de Swaps – Exposição Líquida		5.403	8.265		5.623	9.171

c) Instrumentos financeiros derivativos para "hedge" de valor justo:

	31/03/2018				31/12/2017		
	Valor de	Custo	Valor	Valor de	Custo	Valor	
	Referência	Amortizado	Justo	Referência	Amortizado	Justo	
Mercado Interfinanceiro	2.509.650	2.936.481	2.935.759	2.236.937	2.671.892	2.671.892	
Posição Ativa	2.509.650	2.936.481	2.935.759	2.236.937	2.671.892	2.671.892	
Pré	2.509.650	2.986.721	3.147.524	2.236.937	2.695.995	2.830.261	
Posição Passiva	2.509.650	2.986.721	3.147.524	2.236.937	2.695.995	2.830.261	
Contratos de Swaps –							
Exposição Líquida		(50.240)	(211.765)		(24.103)	(158.369)	

Total

(6.857)

(36.128)

(98.362)

d) Os seguintes valores a receber (ativo) e a pagar (passivo) foram registrados em contas patrimoniais sob o título "Instrumentos Financeiros Derivativos":

			31/03/20)18				31/12/201	7	
	Ativo - Saldo a Receber			Ativo - Saldo a Receber						
			Hedge d	le				Hedge d	le	
	Neg	ociação	valor jus		Total	Nego	ciação	valor jus		Total
de swaps		88	17.0		17.171		17.013		06	17.819
TOTAL		88	17.0		17.171		17.013	80	06	17.819
			31/03/20					31/12/2017		
		Pas	sivo - Saldo Hedge do			-	Passi	vo - Saldo a		
	Nego	ciação	valor just		Total	Nego	riação	Hedge de valor just		Total
de swaps		8.818	211.85		220.671		7.842	159.17		167.017
TOTAL	-	8.818	211.85		220.671		7.842	159.17		167.017
e) O Saldo (seguintes f					os u pug				ados sege	indo dis
Negociação:			31/03/201	8				31/12/2017		
							_	_	Acima	
	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	TOTAL	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	de 3 anos	TOTAL
Swap	88	1 and	3 anos	3 anos	88	1.706	4.818	9.635	854	17.013
Swap Sub Total	88				88	1.706	4.818	9.635	854	17.013
Hedge de valor j	justo:		31/03/201	8				31/12/2017	Acima	
	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	TOTAL	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	de 3 anos	TOTAL
Swap	1.668	4.813	10.284	319	17.084	670	98		38	806
Sub Total	1.668	4.813	10.284	319	17.084	670	98		38	806
Total	1.756	4.813	10.284	319	17.172	2.376	4.916	9.635	892	17.819
<u>Passivo</u> Negociação:			31/03/2018	8				31/12/2017	,	
	A 46 2	2 magag a	1 000 0	A aima da		A 46 2	2 magag a	1 ana a	Acima	
	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	TOTAL	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	de 3 anos	TOTAI
Swap	(1.076)	(2.488)	(4.795)	(459)	(8.818)	(691)	(2.553)	(3.670)	(928)	(7.842)
Swap Sub Total	(1.076)	(2.488)	(4.795)	(459)	(8.818)	(691)	(2.553)	(3.670)	(928)	(7.842)
Hedge de valor j	iusto:									
	· 		31/03/2018	8				31/12/2017		
	Até 3	3 meses a	1 ano a	Acima de		Até 3	3 meses a	1 ano a	Acima de	
	meses	1 ano	3 anos	3 anos	TOTAL	meses	1 ano	3 anos	3 anos	TOTAL
Swap	(5.781)	(33.640)	(93.567)	(78.866)	(211.854)	(3.142)	(24.365)	(75.479)	(56.189)	(159.175
Swap Sub Total	(5.781)	(33.640)	(93.567)	(78.866)	(211.854)	(3.142)	(24.365)	(75.479)	(56.189)	(159.175
Sub Total	(57,01)	(55.010)	(50,007)	(, 3,000)	(===:00:1)	(5.2.2)	(=)	(,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	(0.000)	(20).276

(79.325)

(220.672)

(3.833)

(26.918)

(79.149)

(57.117)

(167.017)

f) Os seguintes resultados foram registrados sob o título "Instrumentos Financeiros Derivativos":

	1° Trimestre						
	2018			2017			
		Hedge de			Hedge de		
	Negociação	valor justo	Total	Negociação	valor justo	Total	
de swaps	118	(55.964)	(55.846)	310	(53.481)	(53.171)	
TOTAL	118	(55.964)	(55.846)	310	(53.481)	(53.171)	

g) O ajuste de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos, que reduziu o ajuste negativo da carteira de crédito, dentro da efetividade conforme regulamentação vigente, foi o seguinte:

	1° trimestre					
	2018			2017		
	Hedge de valor			Hedge de valor		
	Negociação	justo	Total	Negociação	justo	Total
de swaps	(475)	(27.259)	(27.734)	(1.406)	(53.984)	(55.390)
TOTAL	(475)	(27.259)	(27.734)	(1.406)	(53.984)	(55.390)

Contabilidade de "Hedge": A Companhia adota a política de se proteger do risco de taxa de juros advindo das operações de crédito pré-fixadas em consonância com suas políticas de gestão de risco, levando em consideração as taxas de captação praticadas. Através da estratégia de "hedge" a administração tem por objetivo proteger o "spread" de suas operações de crédito. Nos termos da Circular Bacen nº 3.082, de 30/01/2002, a Companhia utilizou a prerrogativa de reconhecimento dessas operações e do respectivo objeto de "hedge" pela contabilidade de "hedge".

h) Análise de Sensibilidade: Em conformidade com a instrução CVM nº. 475, de 17/12/2008, a Companhia realiza análises de sensibilidade das operações que possam expô-la a riscos oriundos da volatilidade de fatores de riscos de mercado, a qual poderá gerar prejuízos materiais para suas operações e/ou fluxos de caixa.

O quadro disposto abaixo traz valores das exposições em análise, bem como os testes de sensibilidade das mesmas, considerando-se três cenários de estresse possíveis: a) situação de estresse determinada pela Companhia e aprovada em seu Comitê de Gestão de Riscos de Mercado (CGRM), o qual se baseia em cenário de estresse divulgado pela B3 na data-base destas demonstrações financeiras; b) situação de estresse considerada pela Companhia com deterioração de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada e; c) situação de estresse considerada pela Companhia com deterioração de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) na variável de risco considerada. É importante salientar que os cenários (b) e (c) abaixo, estão sendo apresentados por exigência da instrução CVM nº 475, entretanto, referem-se a cenários que a Administração da Companhia não acredita que possam ocorrer.

		31/	03/2018	
Exposição	MTM - Exposição	Estresse - Alfa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
		cenário (a)	cenário (b)	cenário (c)
Pré-fixada	1.148.635	(26.545)	(26.111)	(49.873)
		31/.	12/2017	
Exposição	MTM - Exposição	Estresse - Alfa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
		cenário (a)	cenário (b)	cenário (c)
Pré-fixada	1.214.867	(15.298)	(17.668)	(34.238)

Foi considerada para a análise apresentada acima, a exposição líquida das operações (posições ativas menos posições passivas), ressaltando que estão incluídas todas as posições de derivativos contratadas.

16. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

a) Outras Despesas Administrativas:

	1º Trimestre	
	2018	2017
Água, energia e gás	(108)	(106)
Aluguéis	(1.738)	(1.712)
Comunicações	(743)	(601)
Depreciação e amortização	(450)	(456)
Manutenção e conservação de bens	(261)	(342)
Processamento de dados	(5.713)	(4.718)
Promoções e relações públicas	(570)	(504)
Propaganda e publicidade	(331)	(158)
Serviços do sistema financeiro	(1.466)	(1.102)
Serviços de terceiros	(1.095)	(1.204)
Serviços técnicos especializados	(1.883)	(2.064)
Viagem	(480)	(369)
Outras despesas administrativas	(1.020)	(822)
Total	(15.858)	(14.157)

b) Outras Receitas Operacionais:

	1º Trimestre	
	2018	2017
Atualização de tributos a compensar e recuperação de depósitos judiciais	349	561
Dividendos e juros sobre o capital recebidos ou declarados de investimentos avaliados pelo método de custo	473	266
Dividendos prescritos	442	400
Reversão de provisões operacionais	276	-
Receita com portabilidade de crédito	132	187
Outras rendas operacionais	1	
Total	1.673	1.414

c) Outras Despesas Operacionais:

	1º Trimestre		
	2018	2017	
Atualização e complemento de provisão para riscos fiscais e de tributos a recolher	(71)	(489)	
Comissões	(1.698)	(1.844)	
Contingências cíveis	(316)	100	
Contingências trabalhistas	(1.793)	(6.470)	
Despesas com intermediação / equalização de contratos	(10.159)	(22.855)	
Prêmio de Operação de vendas - Ligadas	(2.526)	(260)	
Outras despesas operacionais	(962)	(687)	
Total	(17.525)	(32.505)	

d) Resultado não Operacional:

	1º Trime	stre
	2018	2017
Lucro na alienação de valores e bens	83	198
Prejuízo na alienação de valores e bens	(86)	(377)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(139)	440
Outras receitas / despesas não operacionais	(6)	(7)
Total	(148)	254

e) Contratação de Seguros:

O Conglomerado Financeiro Alfa tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para coberturas de eventuais perdas. Para proteção de seu patrimônio, o Conglomerado tem por filosofia transferir, através de contratação de seguros, riscos que, na eventualidade de ocorrência, possa acarretar prejuízos que impactem, significativamente, seu patrimônio. A cobertura de seguros contra riscos operacionais do Conglomerado Financeiro Alfa era composta por R\$ 72.855 (31/12/2017 R\$ 75.160) para danos materiais. Além disso, possui cobertura para Lucros Cessantes e Responsabilidade Civil de R\$ 6.000 (31/12/2017 R\$ 6.000) e R\$ 2.000 (31/12/2017 R\$ 2.000), para suprir eventuais danos ao Conglomerado Financeiro Alfa.

f) Planos de remuneração baseados em ações e outros benefícios pós-emprego a seus empregados:

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 695, de 13/12/2012 informamos que a Companhia não mantém planos de remuneração em ações (*stock options*) e outros benefícios pós emprego a seus empregados.

g) A Medida Provisória nº 675, de 22/05/2015, foi convertida na Lei nº 13.169, publicada em 07 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018.

i) Índice de Capital – Políticas Contábeis

As instituições financeiras devem manter, permanentemente, capital compatível com os riscos de suas atividades, representado pelo patrimônio de referência mínimo requerido (PRMR) em relação aos ativos ponderados pelo risco

R\$ mil

20,35%

20,35%

20,35%

Notas Explicativas

Índice de Basiléia

Capital de Nível I

Capital Principal

(RWA). O PRMR é calculado considerando, no mínimo, a soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

O Conglomerado Financeiro Alfa, em 31 de março de 2018, atingiu índice de capital de 19,64 % (31/12/2017 20,35%) calculado a partir do conceito de "Consolidado Prudencial", nos termos da Resolução CMN nº 4.192 de 28/02/2013, demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, quando comparado aos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal, determinados pelo Banco Central do Brasil para 2018, que equivale a 10,5% (PR 8,625% + ACP 1,875%).

Conglomerado Prudencial Alfa

	Prudencial (1)		
	31/03/2018	31/12/2017	
Patrimônio de Referência - Nível I	2.340.777	2.318.115	
Capital Principal	2.340.777	2.318.115	
Patrimônio Líquido	2.379.841	2.351.429	
(-) Ajustes Prudenciais	(39.064)	(33.314)	
Patrimônio de Referência (PR)	2.340.777	2.318.115	
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	11.916.801	11.390.309	
Parcela relativa ao:			
Risco de Crédito	9.596.040	9.659.730	
Risco de Mercado	1.155.451	652.222	
Risco Operacional	1.165.310	1.078.357	
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	1.027.824	1.053.604	
Valor Requerido de Adicional de Capital Principal	223.440	142.379	

19,64%

19,64%

19,64%

Em complemento aos requerimentos mínimos de capital, a partir do 4º trimestre de 2015, entrou em vigor a Circular nº 3.748 de 26/02/2015 do Banco Central do Brasil, que incorpora o Índice de Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. A RA é definida como a razão entre Capital de Nível I (capital de mais alta qualidade mantido pelos bancos) e Exposição Total (calculada nos termos da referida Circular). Em 31 de março de 2018, o Índice de Alavancagem do conglomerado prudencial Alfa é de 16,32 % (31/12/2017 15,36%).

Ajuste Prudencial: Em atendimento a Resolução nº 4.277 de 31/10/2013, com nova redação pela Resolução nº 4.389 de 18/12/2014 do Conselho Monetário Nacional, foram analisados os instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado para eventual ajuste prudencial.

⁽¹⁾ Conforme a Resolução nº 4.278 de 31/10/2013, a partir da data-base janeiro de 2015, o índice de Capital passou a ser apurado a partir do conceito de "Consolidado Prudencial".

A Administração do Conglomerado Financeiro Alfa não identificou ajustes a serem realizados, tendo em vista que os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente, cujos preços foram baseados em informações independentes, em que o preço refletia adequadamente o valor líquido provável de realização.

17. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604 de 29/08/2008, apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa está constituído por:

	Trimestre	
	2018	2017
No início do período	721.716	790.290
Disponibilidade	1.642	3.045
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	720.074	787.245
No final do período	503.946	341.060
Disponibilidade	11.919	6.604
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	492.027	334.456
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(217.770)	(449.230)

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data da aplicação é igual ou inferior a 90 dias.

18. INFORMAÇÕES SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM IFRS

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, através da Circular nº 1.273 de 29/12/1987 (COSIF). A Resolução CMN nº 3.786 de 24/09/2009 e as Circulares BACEN nº 3.472 de 27/10/2009 e nº 3.516 de 02/12/2010 estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria devem, a partir de 31 de dezembro de 2010, elaborar anualmente e divulgar em até 90 dias após a data-base de 31 de dezembro suas demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board.

Conforme estabelecido na resolução do CMN, a Companhia divulgou em seu "website", em março de 2018, suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 e 2016 preparadas de acordo com o IFRS. A Administração acredita que as diferenças entre o lucro líquido e o patrimônio líquido para 31 de março de 2018 não são significativamente diferentes, quanto à sua natureza ou seus valores, das apresentadas na reconciliação de 31 de dezembro de 2017, divulgada nas demonstrações financeiras em IFRS e não incorporadas nestas informações trimestrais.

ELIANE CAROLINA QUAGLIO ARJONAS CONTADORA CRC 1SP 232.846/O-2

PÁGINA: 38 de 43

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Αo

Conselho de Administração e Acionistas da

Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida aos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais – ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de maio de 2018.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Cláudio Rogélio Sertório

Contador CRC 1SP212059/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

FINANCEIRA ALFA S.A. -

CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF n.º 17.167.412/0001 13 e NIRE 35 3 0004818 1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal analisaram as Informações Trimestrais da Sociedade, elaboradas pela Administração com referência aos balancetes dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2018, na forma do artigo 163, item VI, da Lei de Sociedades por Ações, e mandaram consignar em ata sua concordância com referidas Informações.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que lida e aprovada foi assinada pelos presentes.

Ailton Carlos Canette

Conselheiro Efetivo

Luiz Gonzaga Ramos Schubert

Conselheiro Efetivo

Luiz Henrique Coelho da Rocha

Conselheiro Suplente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

FINANCEIRA ALFA S.A. -

CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF n.º 17.167.412/0001-13 e NIRE 35 3 0004818 1

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as Informações Trimestrais - ITR relativas aos balancetes dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2018, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, ocasião em que também reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no correspondente Parecer dos Auditores Independentes, nos termos do artigo 25, parágrafo primeiro, incisos V e VI e do artigo 29, parágrafo primeiro, inciso II, ambos da Instrução CVM nº 480/09 e alterações posteriores.

São Paulo, 10 de maio de 2018.

Rubens Bution

Diretor Presidente

Antonio José Ambrozano Neto

Diretor

Fabio Alberto Amorosino

Diretor

Fabiano Siqueira de Oliveira

Diretor

Pedro Elias Dabbur

Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

FINANCEIRA ALFA S.A. -

CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF n.º 17.167.412/0001-13 e NIRE 35 3 0004818 1

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as Informações Trimestrais - ITR relativas aos balancetes dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2018, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, ocasião em que também reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no correspondente Parecer dos Auditores Independentes, nos termos do artigo 25, parágrafo primeiro, incisos V e VI e do artigo 29, parágrafo primeiro, inciso II, ambos da Instrução CVM nº 480/09 e alterações posteriores.

São Paulo, 10 de maio de 2018.

Rubens Bution

Diretor Presidente

Antonio José Ambrozano Neto

Diretor

Fabio Alberto Amorosino

Diretor

Fabiano Siqueira de Oliveira

Diretor

Pedro Elias Dabbur

Diretor